

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

FABIANE MARTA DE MARTINI PIZZATTO

**O IMPLANTE COCLEAR: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NA
EDUCAÇÃO.**

**ERECHIM
2016**

FABIANE MARTA DE MARTINI PIZZATTO

O IMPLANTE COCLEAR: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NA EDUCAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de licenciada em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.
Orientador: Prof. Me Sonize Lepke

ERECHIM
2016

FABIANE MARTA DE MARTINI PIZZATTO

O IMPLANTE COCLEAR: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NA EDUCAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção de grau de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof^a. Ms. Sonize Lepke

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

12/12/16

BANCA EXAMINADORA

Sonize Lepke

Prof. Ms. Sonize Lepke

Robson O. Paim

Prof. Ms. Robson Olivino Paim

Josiane Krebs

Prof.^a Esp. Josiane Roberta Krebs

Dedico este trabalho aos meus filhos Juan Wesley Pizzatto e Kauã Patrick Pizzato, pois sempre compreenderam minha ausência na qual tentei cumprir meu papel de mãe.

AGRADECIMENTO

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a minha formação, da qual muito me orgulho.

A minha orientadora Sonize Lepke, pelo suporte, correções e incentivos durante toda minha caminhada universitária.

A minha mãe por tudo que fez por mim neste tempo.

Ao meu marido e filhos pela compreensão dos momentos ausentes na nossa vida para que essa etapa da minha vida se cumprisse com todo êxito.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“Quando eu aceito a língua de outra pessoa,
eu aceito a pessoa.

Quando eu rejeito a língua eu rejeitei a
pessoa porque a língua é parte de nós
mesmos.

Quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito
o surdo e é importante ter sempre em mente
que o surdo tem o direito de ser surdo.

Nós não devemos mudá-los, devemos
ensiná-los, ajudá-los, mas temos que permitir-
lhes ser surdo”.

(Terje Basilier)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar de que forma os professores narram o processo de escolarização de crianças ou adolescentes que realizaram o implante coclear. A partir da questão proposta disso, iniciou-se uma pesquisa para entender o que é o implante coclear (ouvido biônico), uma vez que o mesmo é indicado pela medicina como uma forma de permitir a recuperação da audição, através de uma cirurgia complexa, para sujeitos que tiveram, ao nascer ou ao longo dos anos, perda auditiva severa. O tema implante coclear dialoga com questões relacionadas à Língua de sinais, normalização e identidade fornecendo um arcabouço teórico que permitisse analisar os artigos e pesquisas disponibilizados em endereços eletrônicos que hospedam trabalhos acadêmicos das mais diversas áreas. Porém, para análise deste, foram selecionados apenas os trabalhos voltados para a educação e contabilizados os relacionados à área médica. A pesquisa realizada foi uma pesquisa bibliográfica, qualitativa na qual observou-se grande dificuldade de encontrar publicações na área da educação sobre o tema. A partir da análise, foi possível identificar como a criança com implante coclear, a Língua de Sinais, a normalização e a identidade são narradas no processo de escolarização.

Palavras-chave: Implante-Coclear. Surdez. Educação.

ABSTRACT

The present research aims to analyze how teachers describe the cochlear implant from schooling. From the proposed question of this, a research was begun to understand what is the cochlear implant (bionic ear), since it is indicated by medicine as a way to allow the recovery of hearing, through a complex surgery, For subjects who had, at birth or over the years, severe hearing loss. The implant dialogues with related questions Sign language, normalization and identity providing a theoretical framework that allows to analyze the articles and researches available in electronic addresses that host academic works of the most diverse areas. However, for the analysis of this, only the papers focused on education and those relating to the medical area were selected. The research was a bibliographical research, qualitative where it was observed great difficulty to find publications in the area of education on the subject. From the analysis, it was possible to identify how the child with cochlear implant, the Sign Language, normalization and identity are narrated in the schooling process.

Key words: Cochlear implant. Deafness. Education

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO E UM POUCO DA HISTÓRIA DOS SURDOS	12
1.2	OBJETIVOS.....	15
1.2.1	Objetivo geral	15
1.2.2	Objetivos específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA.....	15
2	EMBASAMENTO TEÓRICO	17
2.1	A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E A ESCOLARIZAÇÃO	17
2.2	DISCUTINDO CONCEITOS: NORMALIZAÇÃO, SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE DA PESSOA SURDA	20
2.3	O IMPLANTE COCLEAR	22
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
4	ANALISANDO O ENDEREÇO ELETRÔNICO.....	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
	REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

A educação das crianças e jovens surdos do Brasil representa a luta de uma minoria pelo acesso ao conhecimento escolar, e quase na totalidade das situações e espaços escolares é efetivada por profissionais que diferem na língua, na cultura e na forma de ver o mundo. De acordo com Thoma (2006, p. 9) “vem sendo pensada e definida, historicamente, por educadores ouvintes, embora possamos encontrar em alguns tempos e espaços a participação de educadores surdos”.

Anterior a esta afirmação, é importante conhecer historicamente como se dá a normalização e a educação do surdo. Entre os processos de normalização, está o implante coclear que vem sendo narrado pela medicina (narrativas clínicas) e pelos ouvintes como a possibilidade do surdo acessar informações, relações e conhecimentos que lhe são dificultados diante da surdez. Compreender estas implicações através da análise de dois endereços eletrônicos, selecionados, após intensas buscas permitem discutir o tema a partir da perspectiva educacional e resultaram neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

No primeiro capítulo ainda, é apresentada uma contextualização do estudo e um pouco da história sobre os surdos. Aponta que nos primórdios, os surdos eram proibidos de usar gestos para se comunicar, tinham suas mãos amarradas e eram castigados caso o fizessem. Além disso, neste capítulo são apresentados os objetivos da pesquisa, geral e específicos. E, por fim, são apresentadas as justificativas da pesquisa.

O segundo capítulo apresenta o embasamento teórico utilizado para fundamentar a presente pesquisa. O capítulo é dividido em três partes. A primeira parte aborda a língua brasileira de sinais e a escolarização. Na segunda parte são discutidos conceitos referentes à normalização, subjetividade e identidade da pessoa surda. A última parte deste capítulo apresenta informações sobre o implante coclear.

Os procedimentos metodológicos são apresentados no capítulo três, demonstrando que a pesquisa apresenta uma abordagem de caráter qualitativo. Quanto aos objetivos é classificada como pesquisa descritiva e quanto aos procedimentos é uma pesquisa documental e bibliográfica.

No quarto capítulo é feita a análise dos dados coletados através da pesquisa nos endereços eletrônicos selecionados para este trabalho, que foram: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT; nos anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial; e no site da ANPED, no GT 15 – Educação Especial. Porém foram utilizados os dados de apenas dois endereços.

Por último, no capítulo cinco são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO E UM DA HISTÓRIA DOS SURDOS.

A história das crianças, jovens e adultos surdos, ao longo dos séculos foi marcada por avanços e retrocessos. Retomamos aqui alguns acontecimentos, que permitem compreender a necessidade de discutir a educação de surdos e a influência da medicina.

Nos primórdios, os surdos eram proibidos de usar gestos¹ para se comunicar. Caso o fizessem, tinham suas mãos amarradas e eram castigados. Além disso, eram proibidos de participar de certos cultos na igreja católica (CRUZ; ARAÚJO, 2016).

Alguns registros permitem compreender, em parte, como se dá a escolarização, a socialização e o reconhecimento da importância dos gestos realizados por surdos de todas as idades. Desta forma, tem-se o registro de que no século XVI, o monge Benedito Pedro Ponce de León fundou a primeira escola para surdos e educou dois irmãos surdos. Nos anos posteriores, seu trabalho ficou reconhecido, pois enfatizou o ensino da fala dos surdos e a linguagem escrita.

Segundo Cruz e Araújo (2016), as famílias mais abonadas, enviavam seus filhos para aulas particulares, para que pudessem aprender a falar, ler e escrever. Após algum tempo, percebeu-se que os surdos tinham capacidade de aprender e de se comunicar através da fala e dos sinais.

Em diversos países da Europa e posteriormente na América, religiosos, profissionais da educação e da medicina passaram a desenvolver pesquisas para

¹ Termo utilizado pois eram gestos, não uma língua utilizada.

compreender como a criança surda aprende e qual era a funcionalidade da Língua de Sinais no processo. Neste contexto, outro nome importante foi o abade Charles Michel de L'Epeé (1750) que se aproximou de surdos que moravam nas ruas de Paris, aprendeu a língua utilizada por eles e criou métodos para ensinar a mesma para os demais surdos, assim como outros saberes escolares (GOLDFELD, 2002).

Assim como a Espanha preserva a memória do Frei Pedro Ponce de León como um "mito paternal" da educação de surdos, autorizando a comunicação sinalizada e criando métodos de ensino da fala e da escrita, na França temos uma outra figura lendária que assume esse papel: o abade Charles Michel de L'pé (LULKIN, 2000, p. 53).

Neste contexto, a figura do psiquiatra Jean-Marc-Gaspard Itard (1774-1838), vai ser uma figura importante, pois o mesmo, irá atuar na medicina e no contexto educacional. Defensor da oralização, se constituía como referência no que tange a necessidade de corrigir, tanto os surdos, como diferentes deficiências.

A ruptura na expansão dos conhecimentos que envolviam os surdos europeus e americanos, sofreram um forte impacto com o Congresso de Milão em 1808, quando a Língua de Sinais foi proibida na Europa. A reabilitação através da fala era entendida como a única possibilidade de acessar a razão, o conhecimento e a inserção social.

No Brasil, a primeira instituição criada para acolher as pessoas surdas foi o Instituto Imperial de Surdos Mudos (INES) no Rio de Janeiro durante o período imperial. A instituição tinha as mesmas concepções das defendidas na Europa, ou seja, a surdez como uma patologia que precisava ser corrigida.

Assim é traçado o desenho do oralismo, abordagem cujo discurso propõe a superação da surdez e a aceitação social do surdo por meio da oralização, banindo desde então a língua de sinais dos modelos educacionais. (...) O ensino da fala passa a ocupar centralidade máxima, e converte-se em meio e fim da educação do surdo (BOTELHO, 1998, p. 21).

Muitas questões que envolvem a educação dos surdos no Brasil poderiam ser pautadas, porém, o que gostaríamos de registrar neste momento é que apesar da concepção de que a surdez devesse ser corrigida através da fala ou de próteses, na década de 1970 a Língua de Sinais conseguiu o status de língua. A mesma, "teve origem na regularização efetuada por religiosos franceses, embora já houvessem registros antecedentes de histórias relevantes de educação e estudos com surdos e

ensino da escrita por meio do alfabeto manual e a fala (CRUZ; ARAÚJO, 2016, p. 377).

A expansão da língua de sinais, e no Brasil, especificamente a Língua Brasileira de Sinais também aconteceu diante dos diferentes modelos educacionais². Porém, os surdos, na maioria das situações, permaneceram sendo submetidos a práticas corretivas como o treino visando a oralização ou a utilização de próteses auditiva.

Nos últimos anos, em alguns casos, o aparelho perdeu espaço no mercado para o implante coclear. Segundo, Yamaguchi (2009), cita que para os pacientes que possuem uma perda auditiva de grau severo a profundo, é indicado o implante coclear.

Conhecido também como ouvido biônico, o mesmo é indicado pela medicina como uma forma de permitir a recuperação da audição, através de uma cirurgia complexa, para sujeitos que tiveram, ao nascer ou ao longo dos anos, perda auditiva severa.

Médicos, psicólogos e fonoaudiólogos discutem o tema intensamente e indicam o processo cirúrgico, com o objetivo de corrigir a perda auditiva, oralizar e ao mesmo tempo facilitar a aprendizagem no ambiente escolar. Porém, inúmeros surdos vêm manifestando a contradição na realização do implante, negando inclusive as vantagens e apontando restrições que perduram por toda vida.

Por outro lado, professores e pesquisas na área da educação, pouco ou nada vem contribuindo com este debate. Praticamente inexistem artigos voltados para a educação que discutem a inserção, a apropriação do conhecimento pela criança ou adolescente com implante coclear. Refletindo em parte, a posição corretiva que não dialoga com a identidade surda e com a escola responsável pela escolarização dos surdos.

Compreender e traçar um panorama envolvendo as partes envolvidas torna-se necessário no momento histórico em que o Sistema Único de Saúde (SUS) realiza o procedimento em grandes números de pessoas por ano no Brasil.

Diante do acima exposto, a presente pesquisa tem como problema a seguinte pergunta: A educação discute a inclusão e aprendizagem **dos estudantes surdos**

² Oralização, Comunicação Total e Bilinguismo.

com implante coclear? Os discursos dos professores, pais e alunos podem evidenciar como acontece o processo de escolarização deste e qual o papel da Libras nestes espaços diante do implante coclear?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar artigos e pesquisas realizadas na área da educação e compreender como ocorre o processo de escolarização e o papel da Libras em criança ou adolescente surdas com implante coclear.

1.2.2 Objetivos específicos

- Compreender a emergência da Língua de Sinais e a sua oficialização ;
- Realizar revisão bibliográfica sobre a Língua de Sinais, implante coclear, escolarização e normalização.
- Delinear como os artigos, pesquisas analisadas refletem sobre o implante coclear e a escolarização dos alunos com implante coclear.

1.3 Justificativa

Por séculos a criança e adolescente surdos ficaram excluídos dos processos escolarização. No Brasil, no século XX, a Língua de Sinais passou a ganhar destaque e permitiu que o surdo expressasse seus sentimentos, conhecimentos, sofrimentos e dores. Uma vez conhecida a língua, metodologias de ensino foram alteradas para atender a realidade destes alunos. Hoje, no Brasil, milhares de surdos estão incluídos na escola regular ou estudam em escolas de surdos, utilizam a Libras como forma de comunicação e expressão e a língua portuguesa como forma de escrita e leitura.

Contrapondo a questão da aceitação da surdez, surge a possibilidade da realização do implante coclear, realizado preferencialmente em crianças pequenas é entendido e narrado pela medicina como uma possibilidade de estar na normalidade. Milhares de crianças estão na fila do implante coclear oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em um período de vida que não pode realizar escolhas ou manifestar sua contrariedade com o processo cirúrgico. Em muitas situações, enquanto estão no aguardo do implante, e nos anos posteriores, atendendo à orientação dos médicos e fonoaudiólogos, estas crianças são proibidas de acessar a língua de sinais.

É justamente, neste ponto que a educação e a saúde não dialogam. Para educadores surdos e ouvintes, há uma falta de sensibilidade ao proibir o acesso. Para os médicos é uma necessidade para incentivar a utilização da língua oral.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1 A língua brasileira de sinais e a escolarização

A história da vida social e educacional das crianças, adolescentes e adultos surdos é repleta de desafios, exclusões e também vitórias. A Libras é considerada a primeira língua dos surdos constituída por lei, então a língua materna. Diante disso a Língua Portuguesa é tida como segunda língua.

Garantida pela Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002, a LIBRAS é entendida como uma possibilidade de acesso a diferentes saberes por parte do surdo, interação social, comunicação, como constituição da sua identidade como sujeito de uma sociedade.

Na educação, seguindo a orientação da Lei 10.436, as aulas com presença de surdo devem ser interpretadas na língua de sinal, bem como a expressão dos surdos se dá a através da mesma, porém o seu registro deve ser na língua de sinais. Assim, bilinguismo representa para a educação uma possibilidade de escolarizar a população surda.

Para Sanchez (1991, p. 4), “modelo bilíngue parte do conhecimento de que os surdos estão em contato com duas línguas e que uma destas línguas é a língua de sinais”. Ou seja, o acesso a duas línguas faz-se necessário e permite a participação do surdo na comunidade surda e no mundo ouvinte.

Se por um lado, para os contextos educacionais (apesar de inúmeros problemas e distorções) a necessidade de utilizar a Libras para comunicar e permitir que o surdo acesse o currículo, ainda enfrenta problemas para que as crianças surdas nos seus primeiros meses de vida tenham acesso à mesma.

Quanto antes a criança tiver o acesso a língua de sinais, preferencialmente nos primeiros meses ou durante o primeiro ano de vida, terá possibilidade de se desenvolver linguisticamente da mesma forma que uma criança ouvinte, porém utilizando a língua de sinais. Esse contato, terá grandes implicações na competência linguística do surdo adulto, bem como na compreensão de mundo e de sujeito

Se a linguagem de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de serem ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito. (QUADROS 1997, p. 27)

O ensino bilíngue, afirma Quadros (1997), é uma proposta que vem sendo utilizada nas escolas que se propõem ao ensino de pessoas surdas. Haja visto, que a Libras é considerada a língua materna e a utilizada para o ensino da língua escrita.

Vygotsky (apud FERNANDES, 2012) apresenta diversas concepções e teorias acerca da língua de sinais desde o “nascimento” da criança para que esta possa se desenvolver, crescer e aprender desde pequena. Pois é através dos sinais que ela é capaz de traduzir a experiência na qual está exposta e em constante interação com os signos. Desse modo, “se faz mister desde os primeiros anos de vida a aquisição de um sistema simbólico específico, um instrumental significativo para as crianças surdas, que permite o desenvolvimento dos ‘conceitos intelectuais” (VYGOTSKY apud FERNANDES, 2012, p. 22).

Fernandes (2012) afirma que a educação bilíngue para surdos apresenta-se como a diretriz dos modelos educacionais e que é consenso o uso da língua de sinais como primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua. Mas na prática o que representa a escolha de uma ou de outra?

O indivíduo bilíngue [...] usa e atualiza dois sistemas simbólicos distintos objetivando representar conceitos. O conhecimento de um sistema simbólico é o conhecimento da forma como aquele determinado sistema de linguagem caracteriza a experiência. Assim, [...] a língua de sinais como sistema simbólico específico para o indivíduo surdo, que, através dos signos de natureza gestual, espacial e visual, melhor traduzem os processos de percepção e apreensão da experiência da criança surda, desprovida da capacidade de escutar os sons da linguagem verbal articulada e aprendê-la de forma natural. A língua de sinais é o sistema mediador da criança surda por excelência... (FERNANDES, 2012, p. 23).

Segundo Quadros há um dispositivo de aquisição da linguagem (LAD) comum a todos os seres humanos que precisa ser ativado com experiências linguísticas positivas, sendo que para a criança surda se dá através do contato com a Libras. A autora afirma ainda que para a criança surda a “língua portuguesa não será a língua que acionará naturalmente o dispositivo devido à falta de audição da criança. Essa criança até pode vir adquirir essa língua, mas nunca de forma natural e espontânea, como ocorre com a Libras” (QUADROS, 1997, p. 70).

Quadros (1997, p. 70-72) apresenta o processo de aquisição das línguas em alguns estágios:

- Período pré-linguístico – compreende o período do nascimento até por volta dos 14 meses que envolve a capacidade de balbuciar e gesticular, apesar dos gestos ainda não apresentarem organização interna. Já o “balbucio silábico apresenta combinações que fazem parte do sistema fonético das línguas de sinais”;
- Estágio de um sinal – inicia por volta dos 12 meses e vai até por volta dos dois anos. A criança produz gestos que se diferem dos sinais, mas as primeiras produções na ASL incluem as formas chamadas de congeladas da produção adulta, que é quando a criança se expressa de forma morfofonêmica. Nesta idade é bastante utilizado, como forma de expressão, o apontamento de objetos e pessoas, a partir do momento que a criança entra no estágio de um sinal, o uso do apontamento desaparece.
- Estágio das primeiras combinações – surge por volta dos dois anos. Nesta fase a criança passa a ordenar o uso das palavras estabelecendo relações gramaticais. Mas há uma dificuldade na flexão de alguns tipos de verbos e pronomes como “gostar e pensar”. Mas que esta dificuldade existe para a maioria das línguas faladas.
- Estágio de múltiplas combinações – é o período entre os dois anos e meio e três anos. Quando a criança começa a usar fonemas idiossincráticos para diferenciar nomes e verbos.

A partir dos cinco anos a criança começa a apresentar o domínio dos recursos morfológicos da língua. Assim a criança está preparada para a escolarização e aprendizagem da segunda língua (L2).

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em 1990 pretendeu reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: “De fato a educação é questão de direitos e nada pode justificar a exclusão de qualquer tipo de pessoa de um espaço socialmente valorizado” (SÁ, 2013, p. 185).

A educação vem sendo redesenhada com discursos como “Educação para Todos”, “Educar na Diversidade”, “Respeito à Diferença”. Parece que as práticas pedagógicas são pensadas e vão ao encontro dos sujeitos que se encontram situados em algum tipo de diferença. Neste documento, bem como outros documentos nacionais e internacionais, a educação especial e inclusiva tem uma pauta específica, garantindo direitos às minorias.

Neste sentido, muitos estudos permitem compreender os processos de aprendizagem, da língua e de outros temas relacionados aos surdos. Silva e Kelman (2013) indicam em sua pesquisa, que os alunos que utilizam LIBRAS apresentam um melhor desempenho em relação a compreensão das aulas, se comparados aos colegas que não sabem a língua de sinais e que apresentaram maior grau de oralização. Desta forma percebe-se a importância do aprendizado da LIBRAS independente da criança efetuar o implante ou não. Pois isso contribuirá para o seu melhor aprendizado na escola. As autoras pontuam ainda que o “estudo demonstrou que crianças com IC e que são também usuárias de LIBRAS associam e relacionam mais rapidamente o que ouvem ao que se fala” (2013, p. 13).

A partir desse indicativo, pode-se relacionar a negação ao conhecimento e aprendizagem da Libras com a marginalização da língua de sinais e a concepção equivocada de normalidade imposta a crianças e adolescentes surdos.

2.2 DISSUTINDO CONCEITOS: NORMALIZAÇÃO, SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE DA PESSOA SURDA.

Para falarmos de normalização precisa-se visualizar a seguinte situação: fazendo-se um “jogo de partilhas que coloca, de um lado, o anormal e, de outro, o normal, entendo que ambos se encontram no espaço da norma” (LUNARDI, 2006, p. 85). Para a autora, a “construção da noção de ‘anormal’ constitui um espaço que é possível pensar a sociedade da normalização” (grifo da autora).

Para Klein (2006, p. 131) a normalização “pressupõe um sistema de medidas, de graduações precisas e sutis” através das quais é possível distribuir e enquadrar os sujeitos da sociedade dentro de uma norma. Neste sentido, por muitas décadas tentou-se corrigir e reabilitar (normalizar) os surdos, através da capacitação laboral. Segundo a autora: “não ouvir, num jogo de comparações com os demais seres da espécie humana, se caracteriza numa anormalidade a ser recuperada. Essa condição de ‘anormal’ colocou os alunos surdos numa condição descrita como de infortúnio, infelicidade e desgraça” (KLEIN, 2006, p. 131), que precisa ser corrigida.

“A escola está preparada para uniformizar os sujeitos que devem ser ‘livres’, educados e servis” (LOPES, 2013, p. 105). Ou seja, há a dificuldade da escola em trabalhar com as diferenças que se apresentam. A autora complementa ainda dizendo que a escola “necessita de referências fixas para descrever e educar/disciplinar os sujeitos desiguais” (LOPES, 2013, p. 105).

A Educação Especial citada por Lunardi (2006, p. 15) que tem por objetivo central a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular assegura o desenvolvimento potencial destas pessoas, respeitando as suas diferenças e atendendo suas necessidades. Nesse sentido, educação inclusiva, e no caso da criança surda a educação bilíngue, entende que ela necessita da Libras na modalidade para se expressar, comunicar e relacionar com a escrita na língua portuguesa. Ignorar esta necessidade, é ignorar a possibilidade de se constituir enquanto sujeito que aprende.

Se a sociedade e a escola, na sua grande maioria, ainda buscam na normalidade as possibilidades, a família está envolta neste contexto, também busca corrigir a audição. A normalização do ponto de vista da instituição família é referente a pensar o sujeito surdo na tentativa de minimizar a surdez e corrigi-la. O nascimento de uma criança com deficiência auditiva destrói o sonho da família de ter um filho idealizado. Na pesquisa realizada por (Rezende, 2010, p. 98), uma mãe relata que seu filho nasceu com “uma aparência bem sadia”, o que na visão da autora denota uma tentativa de “inscrição da normalidade, inscrição esta que marca os sujeitos surdos, que são um desvio” (REZENDE, 2010, p. 99). A outra mãe relata a “perfeição, os movimentos dos braços e das pernas, os olhinhos; nada *anormal*” (REZENDE, 2010, p. 99); não havia deficiência à primeira vista.

Com estes relatos, pode-se perceber a primeira tentativa de normalização do sujeito já no momento do seu nascimento, que ocorre pela família quando afirma e reafirma que a deficiência não era visível. Pois como a deficiência auditiva ou surdez não é identificada antes do nascimento³ o filho (a) idealizado permanece no imaginário dos pais.

A questão que se coloca é como fazer para que pais, familiares e a sociedade representem a criança, adolescente e adulto surdo como sujeitos que percebem o

³ Atualmente a identificação ocorre com teste da orelhinha realizado nos primeiros meses de vida.

mundo pelo olhar e se expressam pelas mãos? Utilizam a Libras como forma de comunicação e expressão e através dela conhecem e descobrem o mundo em que estão inseridos, da mesma forma que o ouvinte faz através da língua oral.

2.3 O IMPLANTE COCLEAR

O que, na verdade, o senso comum desconsidera são os resultados de pesquisas científicas que, desde os anos 60 (a partir principalmente dos trabalhos de Stokoe (1960)), têm estabelecido que às línguas de sinais, são línguas completas e naturais, pois apresentam estrutura gramatical própria, em seus níveis fonológico (ou querológico), morfológico, sintático e semântico, além de seus aspectos pragmáticos (FINAU, 2006. p. 221).

A citação acima, permite inúmeras reflexões, sobre a representação que muitas pessoas ainda têm em relação a Língua de Sinais, no Brasil, quanto a Libras. Apesar de ser uma língua oficial, ainda enfrenta preconceitos por ser uma língua visual –gestual, desconhecimento e incapacidade do ouvinte de aprender a mesma.

Ao não aceitar, menosprezar as possibilidades que a mesma oferece, o ouvinte vem impondo a correção da audição como alternativa ao longo dos séculos. Tentativas como cansativos e repetitivos treinos da voz, o uso de aparelhos amplificadores e a mais recente tecnologia: O Implante Coclear.

Este, alterou o cenário das Comunidades Surdas⁴, das Escolas de Surdos e da inclusão do surdo na rede regular de ensino. Cada vez mais, crianças estão sendo implantadas e proibidas de utilizar a Língua de Sinais. Em uma clara oposição entre a língua oral e a língua sinalizada. Estas informações são confirmadas pela Associação dos Deficientes Auditivos, Pais Amigos e Usuários de Implante Coclear (ADAP), que confirma a intenção e as longas pesquisas com o objetivo de estabelecer a audição para pessoas surdas.

Foi só no dia 25 de fevereiro de 1957 que foi relatado a primeira experiência de estimulação do nervo auditivo através da inserção de um eletrodo no ouvido de uma pessoa surda. O responsável pelo feito foi o francês Andre

⁴ Comunidade Surda: formada por pais, professores, amigos ouvintes ou surdos que utilizam a Língua de Sinais como forma de comunicação.

Djourno. O paciente implantado conseguiu reconhecer palavras simples, percebia o ritmo da fala e disse que o implante ajudava na leitura labial. Um detalhe interessante é que Djourno acreditava que suas descobertas eram benefícios para a humanidade, assim, ele se recusou a registrar sua invenção e a vender patentes para empresas comerciais (ADAP, 2014)

Partindo dessa descoberta, vários pesquisadores dedicaram-se aos estudos e desenvolvimentos do implante coclear (IC). Os primeiros implantes eram simples, tornando o paciente capaz de perceber sons, mas não permitia entender as palavras nem o que era dito. Na década de 1980, o implante tornou-se parecido com o que há no mercado atual, tendo o propósito de estimular diferentes regiões da cóclea, causando diferentes sensações proporcionando que o sujeito surdo consiga fazer distinção entre os sons provocados. O primeiro IC realizado no Brasil, foi em 1990 em Bauru S/P.

Para os defensores da Libras e de como o IC pode influenciar a identidade do surdo, ele é narrado como a agressão ao corpo humano, onde a intenção é tornar um sujeito normal através de cirurgias. Ou seja, para eles, o surdo é entendido e compreendido como um sujeito anormal ou doente, que precisa ser corrigido ou curado. Sendo assim, esta cirurgia em específico, materializa a superioridade do ouvinte com relação ao surdo, onde o surdo deve se curvar ao saber linguístico e cultural dos ouvintes trazendo uma hegemonia cultural. Foucault (1997), afirma que as relações de poder têm origem e são desenvolvidas a partir do saber, ou seja, que domina o saber assegura e exerce poder e domínio sobre os demais.

Em um contexto que, de acordo com pesquisa realizada pelo IBGE, com dados de 2010, existem hoje no Brasil, cerca de 9,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, o que representa 5,1% da população. Já em relação a idade, há aproximadamente um milhão de deficientes auditivos com idade de até 19 anos (ADAP, 2013). Ou seja, quase 1 milhão de pessoas em idade escolar, que podem ou não estar frequentando as instituições de ensino, que podem ou não conhecer a Libras, que podem ou não buscar o implante coclear como uma possibilidade.

Os dados, em parte, resultam da Triagem Auditiva Neonatal (TAN) “é o teste usado para identificar o risco de deficiência auditiva em recém-nascidos”, explica Yamada (2012, p. 67). O resultado neste momento é fundamental na forma como a família irá encarar a situação.

De qualquer maneira, assegura Yamada (2012, p. 67), “o nascimento de uma criança com deficiência auditiva é quase sempre algo problemático [...] que vai

alterar o equilíbrio anterior da família e determinar o aparecimento de um conjunto de problemas específicos...”.

O impacto do diagnóstico do filho com deficiência auditiva, para Luterman e Ross (apud YAMADA, 2012) assemelha-se ao luto. Luto pelo filho que poderia ouvir, ou seja, a perda do sonho e da expectativa depositados nesta criança.

Rezende relata em sua pesquisa, aspectos interessantes quanto às mães que buscam de todas as formas ensinar aos filhos autonomia e reconhecem as possibilidades e potencialidades, após o impacto e o desespero da informação inicial.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização do presente trabalho, os caminhos percorridos exigiram sensibilidade e cuidado para, a partir do material encontrado, analisá-los e buscar dar visibilidade a questões submersas na educação e dominadas por um discurso corretivo.

Desta forma, podemos classificar a pesquisa quanto aos objetivos como pesquisa descritiva, especialmente por buscar discutir questões relacionadas ao implante coclear na perspectiva dos surdos adultos, professores e pesquisadores da educação e da área da saúde.

Quanto aos procedimentos realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica, analisando os documentos oficiais, artigos e livros referentes ao tema.

São considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (Phillips, 1974, p. 187) Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Estes documentos são fontes inesgotáveis e podem servir de base para a pesquisa onde serão fornecidas informações importantes e também poderá servir como técnica exploratória, pois suas informações poderão ter sido obtidas por outras técnicas de coleta dos dados.

Segundo Patton (1980), a análise de dados qualitativos é um processo criativo que exige grande rigor intelectual e muita dedicação. Não existe uma forma melhor ou mais correta. O que se exige é sistematização e coerência do esquema escolhido com o que se pretende o estudo. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 42).

Para conhecer e compreender as discussões realizadas na educação quanto ao tema, foram realizadas buscas com a expressão “implante coclear” nos endereços eletrônicos: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e nos anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial. Além disso, foi consultado o site da ANPED, no GT 15 – Educação Especial, sendo que não foram encontrados trabalhos na área de pesquisa.

No endereço eletrônico do Congresso Brasileiro de Educação Especial foram encontradas quatro pesquisas na área. No site do IBICT foram encontradas 118

pesquisas, sendo que como ponto de corte foram avaliadas somente as pesquisas da USP, sendo que haviam 53 pesquisas relacionada ao implante coclear.

Mas, como a questão posta como problema era discutir como acontece o processo de escolarização e a relação com a Libras em crianças e adolescentes surdos que realizaram o implante coclear analisando as discussões promovidas em artigos e pesquisas na educação, foram selecionados apenas artigos produzidos no campo educacional e contabilizados das demais áreas.

Os dados foram coletados atendendo ao critério de discutir os conceitos analisados nesta pesquisa. Sabendo-se que “é preciso que análise não se restrinja ao que está implícito no material, mas procure ir mais a fundo, desvelando mensagens implícitas, dimensões contraditórias e temas sistematicamente “silenciados” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 48).

Cientes que o processo de coleta bem como o de análise dos dados busca analisar questões relacionadas ao tema, mas tendo a clareza de que muitas vezes esse processo está permeado de valores pessoais no processo de pesquisa. Assim, buscamos observar o que afirma Lüdke e André (1986, p. 51): “os cuidados com a objetividade são importantes porque eles afetam diretamente a validade do estudo, mas também em outro momento nos diz que o importante é manter uma atitude flexível e aberta, admitindo que outras interpretações podem ser sugeridas, discutidas e igualmente aceitas”.

4 ANALISANDO O ENDEREÇO ELETRÔNICO

Abaixo são apresentados os dados levantados na pesquisa. Na Tabela 1 são apresentados os números de artigos encontrados. Foram agrupados em dois grupos, evidenciando também a distinção utilizada quando pais, familiares ou o próprio surdo realiza a análise para fazer o implante. Em geral, a equipe que analisa é composta por médicos, psicólogos e fonoaudiólogos.

Tabela 1: Números de pesquisas relacionadas ao implante coclear

Área de Pesquisa	Pedagogia	Medicina/Psicologia/Fonoaudiologia
Número de pesquisas encontradas	3	54

Fonte: Dados da pesquisa

Foram selecionadas e analisadas as pesquisas dos anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial, nos quais foram encontradas quatro pesquisas sobre o implante coclear, sendo três na área da educação especial e um da psicologia.

No site do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT havia 118 pesquisas relacionadas ao implante coclear. Para a pesquisa utilizou-se como ponto de apenas os artigos da USP, sendo que constavam 53 pesquisas relacionadas ao tema, porém nenhum na área da educação.

Desta forma, os três artigos encontrados, na área da educação, são de programa de pós-graduação e foram utilizados para construir a discussão deste trabalho. Mas, é importante ressaltar a diferença abissal quanto às publicações da educação e da saúde sobre o tema.

O primeiro a ser avaliado aqui é o artigo intitulado “Experiência numa classe de crianças com implante coclear: desafios e resultados a partir do olhar docente desenvolvido” por Eva Vilma Navegante da Silva e Celeste Azulay Kelman.

A pesquisa foi realizada no ano de 2013, de janeiro a dezembro, através de uma pesquisa-ação com a análise de relatórios e diários preenchidos pela professora. Foi aplicada no Instituto Felipe Smaldoni, que é especializado em surdez e funciona aproximadamente há 40 anos em Belém (Pará). Na época da pesquisa

atendia cerca de 230 alunos surdos e funcionava do 1º ao 3º ano em período integral e a partir do 4º ano, em contraturno, para alunos de outras escolas e ex-alunos. O objetivo desta pesquisa foi analisar o desenvolvimento da linguagem e o desenvolvimento cognitivo de crianças que possuem o implante coclear (SILVA, KELMAN, 2013).

A turma avaliada na pesquisa iniciou 2013 com seis alunos e no segundo semestre recebeu dois novos integrantes, mas terminou o ano letivo com quatro alunos, sendo que estavam com idade entre 4 a 7 anos e alguns apresentam a linguagem oral e outros eram recém-implantados. Silva e Kelman afirmam que a faixa etária não implica no imediato desenvolvimento das habilidades auditivas e linguísticas. Neste caso, o que é relevante é o tempo de implante, pois o processo para o desenvolvimento das habilidades leva em torno de dois anos da idade auditiva, além de fatores como a idade que tinha quando passou pela cirurgia, o tempo e motivo de surdez, o estímulo recebido, o tipo de aparelho implantado entre outros.

O quadro abaixo traz um panorama dos alunos avaliados na pesquisa:

Aluno	Oralização	LIBRAS	Até 3 anos de IC	Até 1 ano de IC
Aluno A	X	X	X	-
Aluno B	X	X	X	-
Aluno C	-	X	-	X
Aluno D	X	X	X	-
Aluno E	-	-	X	-
Aluno F	-	-	-	X
Aluno G	-	-	-	X
Aluno H	-	-	-	X

Quadro 1: Panorama de oralização e LIBRAS dos alunos estudados e o tempo de implante coclear
Fonte: Adaptado de Silva e Kelman, 2013, p. 8-9

De acordo com Silva e Kelman (2013) os atendimentos eram realizados em período vespertino entre as 13h30min e 16h45min, de segunda a quinta. Num primeiro momento eram realizados trabalhos de apoio às atividades da escola regular e após iniciava-se o atendimento inicial (canto e oração). Após, vinham as atividades respiratórias/orofaciais, que eram praticadas diariamente para movimentar as cordas vocais, e as atividades das habilidades auditivas e pedagógicas. Em dias específicos haviam aulas de natação, brinquedoteca e aulas

de música. Além disso, eram oferecidos, para as crianças, os serviços com psicólogas, assistente social, dentista e pediatra.

Silva e Kelmam (2013, p. 11) terminam a pesquisa concluindo que as “atividades pedagógicas foram importantes porque deram continuidade ao aprendizado introduzido pelas escolas regulares e ‘traduzidos’ nessas atividades durante o atendimento especializado no instituto”. Relatam ainda que o maior avanço se deu no segundo semestre do ano letivo quando foram introduzidas atividade de contar histórias para as crianças utilizando ilustrações, fantoches e figuras de personagens, atraindo a atenção dos alunos. Segundo as autoras, no início do ano, os alunos estavam muito agitados e era difícil fazer eles manterem a atenção e que isso foi melhorando ao longo do ano, possivelmente pelo fato de ter a possibilidade de treinar as suas habilidades auditivas (principalmente a compreensão auditiva) e pelo acompanhamento mais de perto, visto que a turma era composta apenas por implantados.

Os alunos que possuíam libras apresentaram um melhor desempenho da compreensão. Para as autoras o “estudo demonstrou que crianças com IC e que são também usuárias de LIBRAS associam e relacionam mais rapidamente o que ouvem ao que se fala” (SILVA; KELMAM 2013, p.13). E ainda que as “atividades sob a ótica educacional são extremamente necessárias ao desenvolvimento das crianças, principalmente para os recém-implantados (SILVA; KELMAM 2013, p. 13)

Outra pesquisa relacionada à área, ocorreu também no Instituto Felipe Smaldone em Belém, mas no primeiro semestre de 2014. Esta foi realizada por Ana Paula Melo de Araújo e Jaqueline de Oliveira Costa com o título O atendimento pedagógico à pessoa com implante coclear, oferecido pelo Instituto Felipe Smaldone em Belém/PA.

Na pesquisa foi observado o desenvolvimento da fala e habilidades auditivas das crianças com implante coclear na faixa etária de 1 a 7 anos. Através da pesquisa buscou-se identificar, junto aos pais e professores, quais as principais dificuldades apresentadas pelas crianças. Segundo Araújo e Costa, no primeiro semestre de 2014 as atividades desenvolvidas pela professora foram: acolhida, identificar o nome, vocalizar eu, atualizar o calendário com a verificação das condições climáticas, dia da semana e mês, detecção de som, sopro, verbos de ação como beber e comer, e encontros vocálicos. Cabe ressaltar, segundo Araújo e Costa (2014, p. 6) que “a maioria das atividades elaboradas nesse período

objetivava a estimulação da detecção auditiva, ou seja, perceber a presença e ausência de som”.

Como conclusões, as autoras afirmam que “diante dos resultados obtidos [...] acredita-se que propostas de atividades dinâmicas que estimulem a fala dos alunos são o ponto de partida e elemento essencial presente no planejamento do professor” (2014, p. 19). As autoras asseguram a importância do tratamento dispendido pelo instituto para o acompanhamento e desenvolvimento desta nova fase na vida de crianças transplantadas e a sua nova condição, a de ouvintes.

Relevante ressaltar que a “ampliação do vocabulário feita a partir de elementos do cotidiano dá significado a esse mundo sonoro que está sendo apresentado aos indivíduos que têm o implante” (ARAÚJO; COSTA, 2014, p. 18).

A terceira pesquisa na área é a de Aline Lima da Silveira Lage, Mário de Jesus Florindo de Melo, Larissa Plantz e Celeste Azulay Kelman, com o título: Desafios e resultados na inclusão escolar de uma criança com implante coclear realizada em 2013. O objetivo da pesquisa foi o de conhecer o estado da arte sobre alunos surdos que possuem implante coclear e que estudam no ensino fundamental de escolas públicas municipais do Rio de Janeiro, independente da faixa etária. A pesquisa em questão apresenta o caso de Emília, que segundo familiares nasceu praticamente surda e usou aparelho auditivo até quando realizou a cirurgia de implante, com aproximadamente dois anos. Na época da pesquisa, estava com nove anos e onze meses, ou seja, faziam pelo menos sete anos que havia recebido o IC e estudava em uma turma com outros colegas ouvintes e um colega surdo que não havia feito o implante coclear.

A entrevista foi realizada com o tio da criança, que afirmou que a família está contente com o implante e que a sobrinha é uma criança normal que brinca e pula.

Para a professora, a aluna tem muita dificuldade em entender quando está falando, que ela tem dificuldades de concentração devido aos ruídos na sala, mas que possui um comportamento normal em sala de aula. Com relação ao desenvolvimento da aluna com o conteúdo apresentado em aula a professora garante que ela tem dificuldades e que estas podem estar relacionadas ao fato de não haver intérprete em sala. A professora afirmou, ainda, saber das necessidades de uma atenção diferenciada por parte dessa aluna, adequando o seu modo de falar, se aproximando da aluna, usando a fala em tom alto e também de forma a possibilitar a leitura labial.

Lage (2013) entrevistaram também um coleguinha de Emília, que diz ser seu amigo. Segundo ele a relação com os colegas é conturbada e que ele intermedia as conversas dela com os demais colegas quando eles não a entendem. Afirmou que os colegas costumam xingá-la, brigar e empurrar Emília e que ela implica com os colegas. Citou ainda que Emília joga água em um colega, mas que os colegas não jogam água nela para não danificar o aparelho. Ou seja, eles têm consciência da condição da colega.

A pesquisa evidencia que necessita-se de muitos avanços ainda para que possa ser garantida a aprendizagem de surdos implantados e que há falta de recursos para ofertar um melhor ensino a estas crianças.

Apesar disso, ao que mostram Lages et al (2013) Emília está aos poucos aprendendo a língua portuguesa na escola regular e na presença de outros colegas que não possuem surdez, a exceção de um deles. Para isso, ela se utiliza da audição proporcionada pelo IC e da LIBRAS.

Estes formam os trabalhos encontrados, na área da educação, que tratavam do implante coclear e de alguma forma discutem a questão que propusemos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contextualizando, primeiramente pode-se perceber que as pessoas com surdez sofreram, ao longo de anos, preconceitos por parte de toda a sociedade, sendo impedidas inclusive de frequentar a igreja. Após experiência positiva do Monge Benedito Pedro Ponce de León, no século XVI, que conseguiu educar dois irmãos surdos ensinando através da fala dos surdos e da escrita, novas perspectivas parecem ser evidentes. Possibilidades, superação de crenças possibilitam outras tentativas de correção da audição ou ainda de inserção deste na sociedade através da língua de sinais.

No Brasil, como em muitos países do mundo, a Língua de Sinais alcançou o status de língua. Porém, somente através da Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002, é garantida a Língua Brasileira de Sinais como a primeira língua dos surdos, ou seja, a língua materna, enquanto a língua portuguesa é entendida como segunda língua para o povo surdo.

Como uma forma de auxiliar os surdos, vieram os aparelhos e, mais recentemente chegou ao mercado o implante coclear que é indicado para os pacientes que possuem uma perda auditiva de grau severo a profundo. Conhecido também como ouvido biônico é indicado pela medicina como uma forma de permitir a recuperação da audição, através de uma cirurgia complexa para as crianças. Médicos, psicólogos, fonoaudiólogos discutem o tema intensamente e indicam o processo cirúrgico, com o objetivo de corrigir a perda auditiva, oralizar e ao mesmo tempo facilitar a aprendizagem no ambiente escolar.

Porém, inúmeros surdos vêm manifestando a contradição na realização do implante, negando inclusive as vantagens e apontando restrições que perduram por toda vida. Sendo, motivo de discussões acaloradas entre pais e surdos que defendem o implante coclear como uma possibilidade, em oposição a pais, surdos, professores que apontam o implante como uma limitação ou um desrespeito a identidade e à língua do povo surdo.

Enquanto a educação se omite na discussão, o Implante Coclear é amplamente discutido na medicina, isso pode ser percebido conforme dados apresentados na tabela 1. Nesta pesquisa foram consultados dois endereços

eletrônicos e localizados cinquenta e sete artigos que tratavam do implante coclear, destes, cinquenta e quatro são relacionados ao campo clínico.

O primeiro caso avaliado teve como objetivo analisar o desenvolvimento da linguagem e o desenvolvimento cognitivo de crianças que possuem o implante coclear, através de um olhar docente. Segundo a pesquisa, as atividades pedagógicas desenvolvidas na instituição deram continuidade ao aprendizado introduzido pelas escolas regulares e que houve avanço no desenvolvimento das crianças quando foram introduzidas atividade de contar histórias utilizando ilustrações, fantoches e figuras de personagens, atraindo a atenção dos alunos. Ao longo do ano apresentaram melhora em seu comportamento, possivelmente pelo fato de ser possível treinar as suas habilidades auditivas e pelo acompanhamento mais de perto. Além disso, elas afirmam que os alunos que dominavam libras apresentaram um melhor desempenho da compreensão.

Cabe observar que as atividades realizadas e que registraram como impulsionadores do desenvolvimento, utilizaram a visão e Libras como forma de estimular os interesses das crianças com implante.

Na segunda pesquisa foi observado o desenvolvimento da fala e habilidades auditivas das crianças com implante coclear na faixa etária de 1 a 7 anos. As autoras concluem afirmando que acreditam que propostas de atividades dinâmicas que estimulem a fala dos alunos representam o ponto de partida e elemento essencial e devem estar presente no planejamento do professor.

Este trabalho não faz referência à língua natural do surdo e nem ao conhecimento ou desconhecimento do mesmo por parte das crianças. A sua ação está baseada unicamente na oralização para comprovar a eficácia do implante.

A terceira pesquisa teve como objetivo conhecer o estado da arte sobre alunos surdos que possuem implante coclear e apresentar o caso de Emília, que nasceu praticamente surda e realizou a cirurgia de implante por volta dos dois anos. Na época da pesquisa faziam pelo menos sete anos que havia recebido o IC e estudava em uma turma com outros colegas ouvintes e um colega surdo que não havia feito o implante coclear. A pesquisa evidência que necessita-se de muitos outros olhares, além do clínico, para que se possa garantir a aprendizagem de surdos implantados.

O que podemos narrar a partir destes trabalhos?

Os três trabalhos analisados têm em comum a preocupação com a nova condição das crianças com implante coclear. Diante disso, as atividades realizadas buscam propiciar elementos que estimulem o interesse pela sonoridade. A primeira pesquisa, mesmo de forma tímida, relata a importância da Libras no processo de compreensão das palavras faladas. Evidenciando o que Quadros e Schmiedt (2006) apontam:

Por meio da língua de sinais, a criança vai adquirir a linguagem. Isso significa que ela estará concebendo um mundo novo usando uma língua que é percebida e significada ao longo do seu processo. Todo esse processo possibilita a significação por meio da escrita que pode ser na própria língua de sinais, bem como, no português. Como diz Karnopp (2002), as pessoas não constroem significados em vácuo. (p.23).

Cada uma das línguas (Libras e português) são línguas distintas, com papéis diferentes. Em situações em que a criança passou por um processo de implante coclear, a criança pode ser beneficiada como a utilização da Libras, para assim significar termos que passa a oralizar.

Porém, a grande dificuldade está na superação do estigma da língua de sinais. E na possibilidade de permitir a criança ou adolescente surdo que possam utilizar as duas línguas enquanto considera necessário ou ainda enquanto tiver identificação com a mesma. Cabe superar a concepção de que o conhecimento de uma pode prejudicar a outra.

Quando falamos na questão da normalização do surdo é uma forma sutil de tentar enquadrar estes sujeitos dentro de um padrão de sujeito normal entendido pela sociedade, apesar das diferenças que os surdos apresentam. Neste ponto, no primeiro e no segundo trabalho, não se percebe esta necessidade de enquadrar as crianças como normais, talvez pelo fato da pesquisa ter sido desenvolvida em uma instituição para crianças surdas.

Já no terceiro trabalho avaliado pode-se perceber que esta necessidade de normalização vem em parte da família, principalmente na fala do tio da criança que afirma que a sobrinha “é uma criança normal”.

“A escola está preparada para uniformizar os sujeitos que devem ser ‘livres’, educados e servis” (LOPES, 2013, p. 105). Ou seja, há a dificuldade da escola em trabalhar com as diferenças que se apresentam e isso pode ser identificado também no terceiro trabalho avaliado, quando a professora afirma que tem dificuldades de

entender o que a aluna fala e que esta tem dificuldades de desenvolvimento do conteúdo. Isto porque apesar da criança ser surda e não conseguir se comunicar plenamente, não há o acompanhamento de intérprete em sala de aula.

A normalização e a identidade surda estão basicamente relacionadas e conforme relatado acima é necessário que se promova uma educação inclusiva da criança surda através da educação bilíngue isso fará com que o sujeito aprenda, se veja como um sujeito com suas próprias características e mantenha a sua identidade surda.

Considerada uma das mais recentes tecnologias, o Implante Coclear vem impondo a correção da audição como alternativa e cada vez mais crianças estão sendo implantadas e proibidas de utilizar a Língua de Sinais. Há correntes que o defendem e outras que acreditam que o implante coclear pode influenciar a identidade do surdo e que sua intenção é tornar um sujeito normal através de cirurgias.

Segundo as pesquisas, o mais importante para o desenvolvimento da oralização da criança é o tempo de transplante, em torno de dois anos, o tipo de aparelho, os estímulos e outros fatores. Mas pode-se perceber que outro fator é importante para auxiliar na oralização, que é a Libras. Os sujeitos que se comunicavam por Libras apresentaram melhor desempenho.

Entretanto, na pesquisa de Aline Lima da Silveira Lage, Mário de Jesus Florindo de Melo, Larissa Plantz e Celeste Azulay Kelman, com uma criança que havia realizado o transplante há pelo menos sete anos, é possível perceber que ainda há dificuldades de ser entendida somente pela fala. Isso está no relato da professora e do colega de classe.

Conforme ressaltam Silva e Kelman (2013, p.13) as “atividades sob a ótica educacional são extremamente necessárias ao desenvolvimento das crianças, principalmente para os recém-implantados.

Concluindo, com base nos dados apresentados pode-se afirmar que são poucas as pesquisas no campo da Educação relacionadas a crianças com implante coclear. Há um vasto caminho a ser percorrido nesta área ainda. Além dos temas acerca da cirurgia do implante, proporcionados pela medicina, e da visão e acompanhamento dados pela psicologia é fundamental pensar na escolarização e na oralização destas crianças, ou seja, pensar a Educação.

REFERÊNCIAS

ADAP - Associação de Deficientes Auditivos, Pais, Amigos e Usuários de Implante Coclear. **Deficiência auditiva atinge 9,7 milhões de Brasileiros**. 2013. Disponível em: < <http://www.adap.org.br/site/index.php/artigos/20-deficiencia-auditiva-atinge-9-7-milhoes-de-brasileiros> >. Acesso em 05 de Out. 2016.

ADAP - Associação de Deficientes Auditivos, Pais, Amigos e Usuários de Implante Coclear. **A História do Implante Coclear**. 2014. Disponível em: < <http://www.adap.org.br/site/index.php/artigos/109-a-historia-do-implante-coclear> >. Acesso em: 11 de jul. 2015.

ARAÚJO, A. P. M.; COSTA, J. **O atendimento pedagógico à pessoa com implante coclear, oferecido pelo Instituto Felipe Saldone em Belém-PA**. Disponível em: <https://proceedings.galoa.com.br/cbee/trabalhos/o_atendimento_pedagogico_a_pessoa_com_implante_coclear_oferecido_pelo_instituto_felipe_saldone_em>. Acesso em: 12 de out. 2016.

BARBOSA, R. da S.; COSTA, M. da P. R. da. **Criança com Implante Coclear – Ensino de Leitura e Escrita por meio de histórias em quadrinhos**. Disponível em: <https://proceedings.galoa.com.br/cbee/trabalhos/crianca_com_implante_coclear_-_ensino_de_leitura_e_escrita_por_meio_de_historias_em_quadrinhos>. Acesso em: 12 de out. 2016.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. K. **Qualitative Research for Education**. Boston, Allyn and Bacon, inc., 1982.

BOTELHO, Paula. **Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 05 de Out. 2016.

CRUZ. S. R.; ARAÚJO, D. A. C. A história da educação de alunos com surdez: ampliação de possibilidades? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 29, n. 55, p. 373-384, maio/ago. 2016.

FINAU, Rosana. **Possíveis encontros entre a cultura surda, ensino e linguística**. In: Quadros (Org). Ronice Muller de. Estudos Surdos I – Petrópolis/RJ : Arara Azul, 2006.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. 2ª ed. São Paulo: Plexus, 2002.

KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais na educação dos surdos. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. (Org.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 103-113.

KLEIN, Madalena. Diversidade e igualdade de oportunidades: estratégia de normalização nos movimentos sociais surdos. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Org.). **A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos**. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 125-144.

LAGE, A. L. da S.; MELO, M. de J. F. de; PLANTZ, L.; KELMAN, C. A. **Desafios e resultados na inclusão escolar de uma criança com implante coclear**. Disponível em: <https://proceedings.galoa.com.br/cbee/trabalhos/desafios_e_resultados_na_inclusao_escolar_de_uma_crianca_com_implante_coclear>. Acesso em: 12 de out. 2016.

LOPES, Maura Corcini. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. In: SKLIAR, C. A. (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6ª ed. Porto Alegre: 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. De. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LULKIN, Sergio Andrés. **O Silêncio Disciplinado: a invenção dos surdos a partir das representações ouvintes**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

LUNARDI, Márcia Lise. Família e escola: uma dobradiça no processo de normalização da criança surda. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Org.). **A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos**. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 85-99.

QUADROS, Ronice. Müller. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice. Müller. de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdo**. Brasília: MEC, SEESP, 200.

REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. **Implante coclear na constituição dos sujeitos surdos**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação: Florianópolis, 2010.

SÁ, Nídia Regina de. O discurso surdo: a escuta dos sinais. In: SKLIAR, C. A. (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6ª ed. Porto Alegre: 2013.

SANCHEZ, C. M. **La educación de los sordos en un modelo bilingüe**. Mérida: Ickonia, 1991.

SILVA, E. V. N. da; KELMAN, C. **Experiência numa classe de crianças com implante coclear: desafios e resultados a partir do olhar docente**. 2013.

Disponível em:

<https://proceedings.galoa.com.br/cbee/trabalhos/experiencia_numa_classe_de_criancas_com_implante_coclear_desafios_e_resultados_a_partir_do_olhar>. Acesso em: 12 de out. 2016.

THOMA, A. da S. Educação dos surdos: dos espaços e tempo de reclusão aos espaços e tempos de inclusão. In: **A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos**. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 9-25.

YAMADA, Midori Otake. **A trajetória da infância à adolescência com implante coclear: vivência de mães**. Tese (Doutor) em Psicologia. Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo: Ribeirão Preto, 2012.

YAMAGUCHI, Cíntia Tizue. **Frequência de uso do aparelho de amplificação sonora individual associado ao implante colear nos pacientes adultos do HCFMUSP**. Dissertação (Mestre) em Medicina. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.